

A LUTA ENTRE “OS VERDADEIROS AMIGOS DO BRASIL” CONTRA OS “INIMIGOS DA REVOLUÇÃO”: POLÍTICA, ALISTAMENTO E SECA NO CEARÁ EM 1932

Raimundo Helio Lopes, acadêmico, PET – História, Universidade Federal do Ceará

Resumo 100 palavras: Procuo estudar a situação política do Ceará e a participação de cearenses durante a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Tenho pesquisado nos principais jornais da época procurando entender como a imprensa noticiava o embate nas terras paulistas e as conexões com o Ceará, sem esquecer os posicionamentos desses periódicos em relação às questões políticas referentes à denominada “Revolução de 30” e seus apoiadores. É inquestionável a intensa campanha que justificava a luta contra São Paulo. Daqui partiram três batalhões provisórios, dentre outros. Esses três batalhões eram formados por pessoas oriundas de diversas camadas da sociedade, inclusive retirantes da seca.

Resumo: 1932. Dois anos depois de Getúlio Dornelles Vargas assumir o poder, seu governo sofre a mais dura luta reivindicatória de sua era: A Revolução Constitucionalista encabeçada por São Paulo. O Brasil começava a sofrer os efeitos da crise de 1929, quando se inicia a disputa eleitoral para a presidência da República. O candidato oficial, Júlio Prestes, tinha o apoio das grandes oligarquias, principalmente a paulista. O outro candidato, Getúlio Vargas, vinha para a disputa com uma ampla base de apoio: dentre os quais tenentes, e oligarquias dissidentes. Essas, contudo não são apenas as dos estados diferentes de São Paulo. Os paulistas também possuíam uma facção que era contra o governo federal: o Partido Democrático (PD). O PD foi fundado em 1926, oriundo das disputas em torno do Instituto do Café e descontentes com a política do Partido Republicano Paulista, que formado pela oligarquia dominante do estado. Tentando vencer

o PRP nas urnas, o PD se alia com a Aliança Liberal, que apoiava Getúlio Vargas. Essa aliança, depois que Vargas chega ao poder, é desestabilizada. Getúlio suspendeu direitos políticos e cassou adversários, tendo como base social de sustentação o movimento tenentista.

No âmbito nacional, a prática de interventores estava sendo adotada para centralizar o poder, evitando conflitos entre oligarquias e sufocando forças de oposição ao governo central. Descontentes, as elites dirigentes de São Paulo contestaram essa medida e passaram a defender a constitucionalização do país e a descentralização do poder. A propagação desses ideais sensibiliza cada vez mais as classes médias urbanas, aumentando os opositores a Vargas no estado. Surgem nesse jogo político dois novos fatos de fundamental importância. O primeiro é o rompimento do PD com Vargas e o segundo é a formação da Frente Única Paulista. Esta era composta pelo PD e pelo PRP, partidos divergentes de outrora, agora aliados para defenderem os seus interesses em São Paulo. Essa frente procurou formar alianças com outros estados, e consegue apoio em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesses dois estados também havia descontentes com a política de Vargas e igualmente levantavam a bandeira da constitucionalização.

O início do ano de 1932, em São Paulo, é marcado pela luta por um interventor civil e paulista. O clima de instabilidade era enorme. Getúlio, buscando controlar a situação e acalmar a oposição paulista, promulga a lei eleitoral em março do mesmo ano, que visava elaborar um anteprojeto da constituição e marcar eleições para o ano seguinte. Também nomeou como interventor de São Paulo, Pedro de Toledo, político neutro, paulista e civil.

Essas notícias foram recebidas sem entusiasmos, pois não havia mais confiança no compromisso de Getúlio com a reconstrução e constitucionalização do país. A elite política paulista não pretendia mais negociar. As negociações não conseguiram controlar os exaltados. Para piorar, quatro rapazes (Miraguaia, Martins, Dráusio, e Camargo)

foram mortos a tiro numa tentativa de invasão de um jornal tenentista. Formava-se assim o agrupamento MMDC.

Afinal, em 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a luta armada contra o Governo Federal. O Gal. Bertoldo Klinger, de Mato Grosso, foi escolhido comandante da revolução. Esperava-se sua chegada com uma significativa ajuda de homens e munição, mas chegaram apenas algumas centenas de soldados. E para piorar os revoltosos esperavam receber a adesão de outros estados. Contudo, logo após a eclosão do movimento, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, estados que prometiam apoio a São Paulo se alinharam ao lado do Governo Central. Assim, interventores de outros estados se colocaram ao lado do governo federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento paulista.

E o Ceará foi um desses estados.

Antes de aprofundar as questões sobre o estado do Ceará, acredito ser de fundamental importância um balanço historiográfico sobre as obras de produção local acerca do referido tema. Existem muitos trabalhos que tratam deste tema. Contudo, a grande maioria estuda na perspectiva de São Paulo para restante do país. Até agora não conheço nenhum trabalho que procure ver este assunto, de uma maneira direta, “de fora para dentro”, ou seja, a partir de outros estados em relação a São Paulo.

Nas obras que tratam da Revolução Constitucionalista diretamente, os que mais influenciam meu trabalho são os de Capelato (1981), Borges (1992) e De Paula (1998). Os dois primeiros podem ser considerados clássicos da historiografia nacional, pois são obras iniciais em relação ao estudo desse tema. O último, trata-se da mais recente obra que encontrei que trata do tema. Apesar das diferenças teóricas e metodológicas entre elas, todas apresentaram perspectivas e questões que norteiam essas idéias iniciais de pesquisa.

Em relação à produção do Ceará, poucos livros tratam do assunto. Mesmo assim, é possível dividi-los em dois grupos. O primeiro grupo contempla as obras de uma historiografia mais ligada às abordagens que tratam de compilações de fontes e pouco as problematizam, como é o caso de Mota (2000), Souza (1950) e Aragão (1986). Como já disse, essas obras apenas publicam algumas fontes e pouco comentam o desenrolar da guerra no Ceará.

O outro grupo que defino é composto por obras mais recentes e ligadas à produção acadêmica realizada em universidades. Assim são as obras de Souza (1989), Rios (2002 e 2004) e Holanda (2005). A primeira dessas obras trata das interventorias no Ceará durante os cinco primeiros anos do governo Vargas e, como não poderia deixar de ser, aborda as questões referentes ao movimento paulista. Para a autora, a ação executada no Ceará está relacionada com as novas perspectivas que a revolução de 30 traz em relação a superação da crise que a região vem passando. O trabalho de Kênia Rios trata de memórias sobre as secas no Estado e um de seus entrevistados é um dos participantes dos batalhões formados para irem a São Paulo. A Revolução Constitucionalista não é seu tema principal, sendo assim, quando trata do movimento não analisa a composição desses batalhões nem as questões que o cercam. O último, tem por objetivo estudar o Museu Histórico do Ceará e seu acervo. Quando trata dos objetos dessa revolução que fazem parte da coleção do museu, afirma que apenas um batalhão saiu do estado, enquanto, veremos mais na frente, que partiram do Ceará bem mais.

Assim, as obras que encontrei na historiografia local que tratam do tema, sejam elas recentes, um pouco mais antigas, ligadas a academia ou não, estudam a participação do Ceará e de sua população através dos batalhões aqui formados de uma maneira secundária ou não prioritária. Diante disso, procurar entender esse movimento a

partir das questões locais, relacionando-as com o contexto nacional, é por si só justificativas que legitimam seu estudo.

Desde o primeiro dia, os jornais de Fortaleza já noticiam a guerra em terras paulistas. Os dois principais eram *O Nordeste* e *O Povo*. Nesses jornais aparecem várias notas oficiais. A primeira data de 11 de Julho e era assinada pelo secretário da Interventoria o Ten. Waldemar Monteiro. Essa nota informa a população cearense do movimento iniciado em 9 de julho e alerta “que os verdadeiros amigos do Brasil não se deixarão levar pelas notícias veiculadas por qualquer elemento porventura interessado em lançar confusão”. O secretário explica que em São Paulo “estão à frente do movimento os mesmos chefes perrepetistas, maiores responsáveis pela degradação a que chegou o país e que o povo brasileiro expulsou do poder em outubro de 1930”. Esse antigo inimigo volta a assombrar o país, mas o “Chefe do governo Provisório (...) mantém-se no firme propósito de dar combate decisivo aos inimigos da Revolução”. (*O Nordeste*, 11 de julho).

Também são publicados textos assinados por Getúlio Vargas e pelo interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça. Este último, em 16 de julho escreve que “Está aberta a inscrição de voluntários nos quartéis federal e estadual.(...) O vosso interventor, tão logo seja atendida a solicitação que endereçou ao Exmo. Sr. Chefe do Governo provisório, acompanhado pela brilhante plêiade de oficiais seus auxiliares, dedicados amigos do Ceará, se apresentará pronto a seguir com o primeiro contingente para vos acompanhar na boa ou má fortuna. Cearenses, pela dignidade do Ceará, pelo Brasil unido e forte: às armas!” (*O Povo*, 16 de julho). Assim fica clara a disposição da interventoria de enviar tropas locais para guerra.

Contudo, não somente assim se percebia a mobilização e apoio dos cearenses. Uma série de telegramas é publicada na imprensa local. Muitos deles vêm do interior e são assinados por pessoas que se disponibilizam para a guerra. Muitos pedem passagem

para Fortaleza ou simplesmente declaram apoio. Da capital, também aparecem vários inclusive assinados por mulheres que se dispõem a defender o governo, aqui ou em São Paulo.

Assim, em 01 de agosto de 1932 o 23º Batalhão de Caçadores envia para São Paulo um primeiro contingente de soldados. Um segundo escalão parte em 16 de setembro. Mas, nessa pesquisa o objeto principal de análise são os três batalhões provisórios e o contingente extra de 300 pessoas formados aqui. Esses partem em 15 de agosto, os dois últimos em 13 de setembro e o extra em 29 de setembro. Segundo números oficiais da interventoria do Estado, o total de participantes nesses batalhões provisórios são de 1.895 pessoas.

Procuro nesse trabalho entender as motivações das pessoas a se alistarem nesses batalhões. A primeira questão para responder essa pergunta está relacionada à imprensa. Desde quando a guerra foi deflagrada, uma série de matérias, editoriais e propagandas constroem (ou demonstram) um clima de guerra que circula na cidade. Sempre tratando os paulistas como “inimigos da revolução”, “decaídos de trinta”, dentre outros, as questões que justificam a luta contra São Paulo estão relacionadas com o movimento de 1930 que coloca Getúlio Vargas no poder. Para muitos textos, desde 30 que as possibilidades para o nordeste são outras. Muitos autores mostram as mudanças oriundas desse movimento. Para alguns o apoio que o nordeste confere ao novo governo é decorrente da fragilidade econômica da região, e busca no poder central a solução dessa crise. (SOUZA, 1989)

Outra justificativa para a guerra pode estar relacionada com uma série de textos que mostram o preconceito que os paulistas têm com o povo dessa região. Segundo um deles “os habitantes da região assoladas pelas secas SÃO PIGMEUS DE MÁ COMPLEIÇÃO SEM INTELIGENCIA E FALHOS DE ENERGIA E INICIATIVA.” (O Povo,

22 de Agosto, grifos no original). Ressalto aqui que este não é o único com este tom que aparece na imprensa local e , até mesmo, nacional. Textos desse tipo não aparecem pela primeira vez nesse momento. Eles eram recorrentes na imprensa paulista. (ALBUQUERQUE JR, 2001)

Não só os clima de guerra, de crise e de bairrismo explicam os alistamentos para os batalhões formados pela interventoria. Em 1932 é registrada uma grande seca. Neste ano de escassez de chuvas, o estado registra uma série de eventos referentes à estiagem. São registradas um total de 17 ações de massa no Estado, como saques, por exemplo. Nesse ano, também, a política dos Campos de Concentração é retomada. Iniciado em 1915 esses campos consistiam em locais onde os flagelados eram confinados para não chegarem as cidades e receberem assistência e alimentos. Em 1932 foram construídos sete campos: Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza. Em janeiro de 1933 foram registradas 89.431 pessoas confinadas nos Campos. (NEVES, 2000 e RIOS, 2004)

As relações entre os batalhões e a seca são várias. A primeira que surge se refere ao alistamento de pessoas de regiões interioranas do estado que estavam sofrendo com a seca e se alistam para a guerra. Sem dúvida, em um primeiro momento, a perspectiva de ir a luta em São Paulo aparece como uma estratégia de sobrevivência nesse momento de adversidades. Tal conclusão vem a partir da entrevista do sr. José Cassiano da Silva, participante desses batalhões. Ele relata as dificuldades da família e como nesse momento procurava conseguir algum dinheiro. Contudo, em algumas matérias nos jornais da época, alguns interioranos afirmam que participam porque acreditam e gostam do recente governo de Getúlio Vargas. Em 1932, o novo governo encara a sua primeira seca e já se pode perceber que algumas medidas adotadas por ela são diferentes em relação aos governos anteriores. A seca passa a ser entendida, desde o início, como uma questão nacional ligada à segurança pública e a ser enfrentada através da conjugação

dos vários órgãos oficiais ligados à assistência social e pública. Outros autores chegam a ir mais longe e afirmam que novo governo prestou uma atenção sem precedentes aos problemas do imenso sertão nordestino.(NEVES, 2000 e LEVINE 2001)

A Revolução Constitucionalista de 1932 apesar de ter todo o seu desenrolar bélico em São Paulo, movimentou todo o país. Sem dúvidas, desde o início o governo Vargas se propõe a fazer mudanças profundas no Brasil. Procurar entender os grupos que defendiam ou questionavam essas mudanças e suas motivações e estratégias de luta é de fundamental importância para compreender esse momento da história do país que deixou marcas tão profundas na política nacional.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.

ARAGÃO, R. Batista. História do Ceará. 1986, v.IV

BARBOSA, Carlos Henrique. “Não é nada senhores, já está tudo acabado”, Fortaleza 4 de março de 1934. Mimeo

BEZERRA, Gregório. Memórias – primeira parte: 1900 – 1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

BEZERRA, Holien Gonçalves. O jogo do poder: Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. O movimento de 1932 a causa paulista. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

De PAULA, Jeziel. 1932: Imagens construindo a história. Campinas/ piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998.

De PAULA, Jeziel. Os canhões rebeldes. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Editora Vera cruz, nº 21

DOMINGUES, Petrônio José. Os “pérolas negras”: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. In: Afro-Ásia. Salvador, n 29-30

DOMINGUES, Petrônio José. A legião negra. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Editora Vera cruz, nº 21

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: editora da USP, 1999

HOLANDA, Cristina Rodrigues. Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932 – 1942). Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2005.

LEVINE, Robert. Pai dos pobres? O Brasil na era Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MOTA, Aroldo. História Política do Ceará (1930 – 1945). Fortaleza: ABC, 2000

NEVES, Frederico de Castro. A multidão e história: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretária de Cultura e Desporto, 2000.

PONTES, José Alfredo Vidigal. Sangue Brasileiro. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Editora Vera cruz, nº 21

RIOS, Kênia Souza. “O teatro de Seu Muriçoca: memórias de uma farda”. In Trajetos - Revista de História da UFC, Fortaleza, V2 n3, 2002

RIOS, Kênia Souza. Campos de concentração no Ceará Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2004.

SOUZA, Eusébio de. História Militar do Ceará. Fortaleza: Editora “Instituto do Ceará”, 1950

SOUZA, Simone de. As interventorias no Ceará (1930 – 1935). In: História do Ceará. SOUZA, Simone de (org). Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha/UFC, 1989.